

ACM diz que excluirá IR

ILIMAR FRANCO
E CÉSAR FELÍCIO

Brasília - Arnildo Schulz

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), aumentou ontem o tom de suas críticas ao pacote de ajuste fiscal lançado na segunda-feira pelo governo. Ele disse estar certo de que o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física será excluído do conjunto de medidas, com ou sem a concordância do governo.

Indagado se o pacote seria aprovado pelo Congresso sem negociações entre o Executivo e o Legislativo, ACM foi categórico: "o presidente não vai conseguir isto". Para o senador, as resistências da equipe econômica em buscar alternativas para o aumento do imposto de renda não serão consideradas no Congresso. "A equipe econômica manda lá (no Executivo), aqui mandamos nós. E nós vamos trabalhar pelo Brasil tanto quanto eles trabalharam", afirmou o senador.

Sacrifício - Segundo ACM, existem mais de "500 alternativas" para substituir o imposto de renda do pacote e manter a meta global de se poupar R\$ 20 bilhões. "Algo neste rumo tem que ser feito. O importante é que a população não tenha mais esta carga tributária e não se onere ainda mais a classe média que já está dando uma cota de sacrifício bastante grande".

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que não está disposto a abrir mão da aprovação do pacote fiscal, apesar das resistências lideradas pelo PFL, PMDB e PPB. O apoio do Congresso às medidas, especialmente da base aliada, é considerado fundamental para que o governo possa sinalizar aos investidores internacionais que tem unidade política interna para enfrentar a crise. Em reunião com líderes governistas do Senado, ontem, o presidente afirmou que qualquer negociação agora seria interpretada como um recuo na reação ao ataque especulativo ao real.

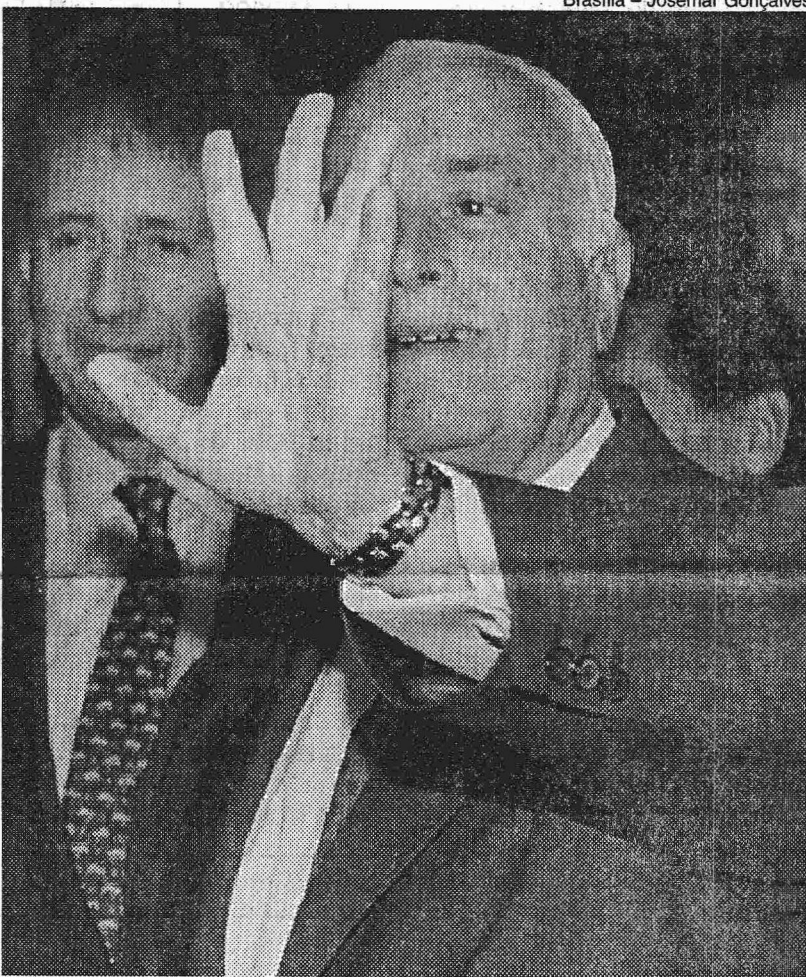
"O presidente disse que se fizesse isto agora, a imagem lá fora ficaria ruim. Pareceria que o governo estaria aberto a fazer qualquer coisa que exigissem dele", relatou o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI). No entanto, Fernando Henrique deixou uma porta aberta para negociações de bastidores e definiu que irá manter reuniões diárias com as suas lideranças no Senado, oficialmente para monitorar o ritmo de votações no Legislativo, mas também para estudar alterações possíveis. "O presidente deixou claro que está pronto para receber alternativas sugeridas pelos parlamentares, mas não pode ir abrindo negociação e dizendo que aceita mudanças sem que estas alternativas sejam claramente colocadas", afirmou o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA).

O PSDB decidiu dar apoio integral às propostas do governo e considera que a discussão do pacote, como pretendem os aliados, é fragilizar o governo. A postura crítica do PFL surpreendeu a Fernando Henrique, espe-



Fernando Henrique ficou decepcionado com as críticas do PFL, mas acredita na aprovação no Congresso

Brasília - Josemar Gonçalves



Inconformado, Antônio Carlos diz que o pacote sofrerá modificações

cialmente depois do recado que enviou da Colômbia, na sexta-feira, dizendo que quem fosse contra o pacote ficaria contra o governo e o próprio presidente.

O comportamento de ACM, de quem o presidente esperava maior compreensão e solidariedade, não agradou Fernando Henrique. No governo, a interpretação é de que a reação de ACM se deve ao fato dele ter sido excluído das consultas e da equipe econômica não ter ouvido o

banqueiro Daniel Dantas, conforme sua sugestão.

Fernando Henrique disse que a crise financeira mundial ainda pode se agravar, que o governo não tem o controle completo da situação econômica do país e precisa dar sinais de confiabilidade aos investidores. "Os nossos parceiros não compreenderam a gravidade da crise e estão querendo fazer média", criticou o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). Depois de ter sido colocado

em segundo plano durante a votação das reformas, o PSDB decidiu aproveitar o episódio, e a vacilação no PFL diante das medidas, para firmar-se como o partido do governo.

Credibilidade - Os senadores do PSDB decidiram ontem, após almoço com o secretário-executivo no Ministério da Fazenda, Pedro Parente, fechar questão a favor das medidas. "Nós apoiamos porque elas têm o objetivo de gerar credibilidade externa e interna e mostrar que o governo tem condições de controlar o déficit fiscal e de conta corrente", afirmou o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE).

Aproveitando-se da confusão na base governista, o Bloco de Oposição, integrado pelo PT, PDT, PCdoB, e o PSB, decidiu apresentar proposta para transformar o plenário da Câmara em uma Comissão Geral destinada a debater a crise e as medidas do governo.

Para evitar que a oposição às medidas se amplie, os integrantes da equipe econômica iniciaram uma ofensiva para explicar a crise e o pacote. Na noite de terça-feira, André Lara Resende, reuniu-se com um grupo de deputados do PSDB na casa do deputado José Aníbal (PSDB-SP), falando demoradamente sobre a economia brasileira e a crise internacional. Ontem pela manhã, foi a vez do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, fazer uma exposição das medidas anunciadas pelo governo para os integrantes da Executiva do PSDB. Formulador do Plano Real, Lara Resende confessou que a crise financeira mundial é mais grave do que se imaginava e que no governo ninguém mais pensa de que o Brasil poderia se beneficiar de uma crise na Ásia.